
FLORESTAN FERNANDES E A REVOLUÇÃO BURGUESA:

Notas Sobre Uma Interpretação “Militante” do Brasil

**Leonardo Venicius
Parreira Proto***

Neste artigo pretendemos desenvolver uma análise do sociólogo Florestan Fernandes tendo como eixo norteador sua reflexão acerca da Revolução Burguesa no Brasil. Aqui não iremos somente nos remeter ao ensaio interpretativo sociológico, que se transformou em obra a partir de 1976, mas fazer alguns apontamentos referentes à sua leitura marxista da realidade brasileira, na qual sua interpretação acumula todo um esforço de pensar a história brasileira.

O contexto de produção analítica de sua sociologia é o Golpe de 64. A partir de então vai para os E.U.A e Canadá e ministra aulas, além de na condição de exilado produzir a terceira parte do livro *A Revolução Burguesa no Brasil*.

Entre 1964 e 1968, Florestan ultrapassa o terreno da Sociologia (nos termos da “ciência concreta”) e franqueia a fronteira do socialismo revolucionário. Deixa de ser um sociólogo: recupera para a análise da sociedade a crítica da economia política, converte-se em pedagogo da revolução. Foi a contrarrevolução (burguesa) que situou Florestan no eixo da revolução (proletária) (NETTO, 2001, p. 207).

Florestan Fernandes faz de sua obra extensão de seus posicionamentos políticos e de sua interpretação denúncia da contrarrevolução (burguesa). Essa correlação entre pensamento interpretativo da realidade sócio-histórica do Brasil e sua militância só foi possível mediante os referenciais do marxismo e da capacidade do mesmo é utilizar-se desses referenciais como procedimento crítico-metodológico (NETTO, 2001).

Afinal, como Florestan Fernandes analisa os caminhos da Revolução Burguesa no Brasil? Como considerava a Revolução em seu processo histórico? Que elementos foram preponderantes para se pensar os caminhos da Revolução no Brasil?

* Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Psicanalista; Doutor em Sociologia (UFG) e Mestre em História (UFG), especialista em juventude (FAJE-MG), Bacharel e Licenciado em História (PUC-GO).

Para responder a essas questões é fundamental algumas de suas ideias já esboçadas em seu ensaio. Para iniciar, Florestan Fernandes retoma o conceito de Revolução Burguesa em sua acepção, que versa sobre a afirmação: “denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (1987, p. 203).

A Revolução Burguesa tem assim como fundamento elementar a transformação de uma sociedade pré-capitalista em uma sociedade capitalista, dinamicamente movida pela sociedade de classes e de hegemonia burguesa. Para Florestan Fernandes, o final do Império e início da República no Brasil passaria ambos por uma transição na composição de novo poder, deixando as oligarquias de terem a hegemonia para a consolidação do poder burguês (1987).

A burguesia, na leitura de Fernandes, era paladina de si mesma. Acima de tudo, assumia os interesses próprios e por essa razão seus interesses eram diversos, associando-se ao capital externo em detrimento de sua confirmação enquanto classe dominante no Brasil (FERNANDES, 1987).

A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora (FERNANDES, 1987, p. 204-205).

Havia sim, nessa perspectiva, um processo de mudança desigual e combinado (tese polopiana), mas que conseguira conjugar passado e presente numa dialética visivelmente atrelada as noções de mandonismo oligárquico e poder burguês, ao conciliar interesses entre nossa “essência” rural e modernidade industrial recente (FERNANDES, 1987).

A particularidade do caso brasileiro é desenvolvida por Florestan como desenvolvimento da dominação burguesa. Esse desenvolvimento se deu pelo mecanismo da autocracia, um elemento *sui generis* da condição burguesa no Brasil (FERNANDES, 1987).

Nessa situação, dois elementos precisam ser postos em especial relevo, por causa de sua importância para a interpretação sociológica da evolução da dominação burguesa. Um deles é o significado dessa dimensão autocrática da dominação burguesa. Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa,

as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo (FERNANDES, 1987, p. 207).

O caráter autocrático da Revolução Burguesa foi preponderante para consolidação do Estado burguês e de sua face política: o poder autocrático. Assim, “a revolução burguesa no Brasil agarra o fio do movimento histórico-social constitutivo da moderna sociedade de classe no Brasil, demarcado no cotejo do desenvolvimento estrutural do capitalismo “clássico” e do “dependente” (NETTO, 2001, p. 214).

Não há como negar que a formação de uma burguesia (contrarrevolucionária) brasileira esteja dissociada do desenvolvimento do capital no Brasil moderno. Moderno este atrelado ao desenvolvimento desigual e combinado, pois onde a tradição poderia perecer frente à lógica do moderno, impôs sim uma maneira de fusão entre “velho” e “novo”, elementos oligárquicos associados ao desenvolvimento da dominação burguesa (FERNANDES, 1987).

A ordem social competitiva no Brasil fundava-se sob a égide da dominação burguesa e sua noção de democracia. Isso explica essa ideia de conciliação entre setores dominantes (oligarquias e burgueses) e a falácia da democracia na autocracia burguesa.

Ao que parece, onde a dominação burguesa não se revela capaz de mobilizar e aplicar semelhante reserva de poder, ela corre o risco de ser facilmente deslocada por grupos que invadem o referido espaço político: não importa se em nome de uma “revolução dentro da ordem” ou da “simples consolidação do regime”. Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa (FERNANDES, 1987, p. 212).

A constituição de uma ordem social competitiva no Brasil, na sua forma burguesa e autocrática produziu uma formação alicerçada no conservadorismo das elites dominantes e na manutenção do *status quo* dos grupos tradicionais, agora associados à burguesia e esta aos grupos do capital estrangeiro.

Na visão/interpretação de Florestan, nossa burguesia não era “débil”, apenas caberia como papel histórico o papel de “coadjuvante” frente ao desenvolvimento do capitalismo num país periférico como o Brasil. A Revolução Burguesa cumpre com direção do capitalismo dependente. “Nossa” burguesia não encontrou outra saída para sua consolidação hegemônica, se não, criar mecanismos de “revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 1975; 1987).

Os setores sociais dominantes e as elites no poder dos países latino-americanos, assim como a superpotência capitalista externa e as nações hegemônicas associadas, defendem a esperança de que é possível “reproduzir

a história”. Há uma convicção especialmente forte segundo a qual o novo padrão de dominação imperialista pode ser adaptado ao “desenvolvimento com segurança”, para ambas as partes (FERNANDES, 1975, p. 30).

O Estado burguês garantiu uma democracia à burguesia e repressão aos grupos e movimentos sociais que questionaram a ordem autocrática burguesa no Brasil e sua consequente dependência ao capital externo. A burguesia associada ao capitalismo internacional tinha como projeto associar-se aos padrões de dominação imperialista, reproduzindo os níveis de exploração às classes trabalhadoras nos países dependentes (FERNANDES, 1975).

Para Reis (2001) o termo “revolução burguesa no Brasil” é uma categoria explicativa de Florestan Fernandes para designar o processo de desenvolvimento do capitalismo “como realidade parcialmente autônoma e com tendência à integração nacional” (p. 215). Ainda segundo o autor,

a revolução burguesa não foi, portanto, uma ruptura intransigente, um assalto ao poder oligárquico, mas um processo modernizador, gradual, não vertical, conciliador, de longa duração. O ritmo da revolução foi imposto de fora para dentro pela economia capitalista internacional (REIS, 2001, p. 217).

O tema da Revolução Burguesa apreende uma constituição histórica que fundamenta práticas e posições políticas e econômicas ao tratar do processo de transformação do capitalismo. Portanto, ao elaborar uma interpretação sobre o Brasil, Florestan Fernandes interliga passado e presente dentro de uma relação materialista-dialética, ao inserir a burguesia brasileira como responsável pela implantação/consolidação do capitalismo dependente (REIS, 2001).

A crítica a formulação de uma burguesia nacional autônoma e conseqüentemente de um capitalismo nacional (tese pecebista por excelência) foi alvo de uma leitura marxista em Florestan em que ia percebendo as características históricas e sociológicas da burguesia dependente, cujo sentido era o de associar-se ao capitalismo internacional para se consolidar um regime autocrático (REIS, 2001).

Essa crítica a tese pecebista¹, de uma burguesia independente e nacional é um dos núcleos do esforço de Florestan Fernandes em analisar a Revolução Burguesa a partir de sua afirmação a respeito da ilusão de um processo revolucionário clássico.

¹ Em discussão sobre a dinâmica da revolução brasileira, Dória (1998) recupera uma compreensão de Nelson Werneck Sodré, ao remeter o desenvolvimento da burguesia como superação do latifúndio, ou seja, uma necessidade histórica, cabendo aqui a visão etapista não somente de Sodré como também do próprio PCB.

O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, modificando seus laços de associação com o imperialismo” (FERNANDES, 1987, p. 215).

Em Florestan Fernandes vemos um rigoroso esforço de superação da visão dualista (feudal-capitalista) e etapista com a qual alguns outros teóricos de esquerda, do ISEB e do PCB compartilhavam.

Uma provável explicação para esse modelo dual e etapista coexistir nesses lugares da chamada esquerda é o fato da inexistência até a década de 50 de uma interpretação marxista para além desses grupos. Com o surgimento da universidade o campo teórico do marxismo atingiu outros níveis de reflexão para além dos aparelhos políticos do Partido Comunista, por exemplo, (DÓRIA, 1998).

Assim, podemos considerar que toda leitura interpretativa de Florestan Fernandes exigiu de si não só uma postura de catedrático, mas uma atenção histórico-sociológica advinda de sua condição militante, após o seu exílio (em meados de 70). “F. Fernandes defendia uma sociologia militante, a transformação da realidade por um pensamento reciprocamente transformado por ela. O sociólogo é cientista e cidadão” (REIS, 2001, p. 206).

Para Reis (2001) ao se falar na militância de Florestan Fernandes é necessário situá-la como entendimento da totalidade do sujeito, pois ambos estão dialeticamente relacionados, concepções teóricas/processos interpretativos e ação social. A interpretação de uma realidade sócio-histórica tem sentido a medida de auxiliar na reflexão sobre a especificidade de algum *locus* de atuação do intérprete.

Assim, o referencial marxista de Florestan adquire uma proeminência e uma funcionalidade de que carecia anteriormente: se, no Florestan sociólogo, ele era um dos recursos científicos a que, no seio de um repertório teórico e metodológico muito mais amplo, recorria o investigador que parecia não temer os riscos do ecletismo, no Florestan que tem diante de si a problemática viva e brutal da contrarrevolução (burguesa) o referencial em tela ganha o estatuto de cânone de explicação e compreensão histórico-social (NETTO, 2001, p. 209).

O contexto da Revolução Burguesa pós-30 é que imprime na analítica de F. Fernandes uma reformulação sobre a teoria da revolução brasileira, como já dissemos de

crítica às teses consagrada (PCB). Nesse sentido, é importante considerar o Estado burguês como conciliador dos interesses oligárquicos e da burguesia industrial nascente.

Para Florestan (1987) havia após 30 três tipos de pressão com as quais a burguesia deveria acertar contas: a pressão do capitalismo monopolista mundial (de fora para dentro), da classe trabalhadora (no intuito de fazer um pacto social – algo que não atingia a manutenção da ordem) e por último, o intervencionismo do Estado na economia nacional. Portanto, é possível enfatizar a Revolução Burguesa no Brasil como uma contrarrevolução prolongada e permanente.

Contrarrevolução esta no percurso da edificação da estrutura capitalista no país. “A contrarrevolução e a república institucional, com sua ordem político-constitucional autocrática (pudera!), tornaram-se necessárias como premissas desse tipo de transformação capitalista” (FERNANDES, 1986, p. 16).

O modelo autocrático serviu à burguesia brasileira como instrumento de institucionalização de práticas de poder incorporada à realidade nacional a partir do Estado Novo.

Pois, ao mudar seu relacionamento com o poder político estatal e o funcionamento do Estado, também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a intervenção do Estado na vida econômica, ganhando maior controle da situação interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 1987, p. 217).

Para Maciel (2010), o pensador e ativista Florestan Fernandes elaborou uma chave de leitura da realidade brasileira em que ao mesmo tempo sua análise era conjuntural e teórica. Teoria esta que explicava o Estado burguês a partir da noção de autocracia, pela qual cada vez mais havia uma restrição da participação da sociedade civil e uma negação à classe trabalhadora de sua atuação como sujeito político.

Um dos resultados visíveis da consolidação da autocracia burguesa foi sua política de conciliação de grupos e classes sociais dominantes. Aqui estaria sua esfera hegemônica, pois ao conciliar interesses acabava por produzir uma ordem contrarrevolucionária que serviu muito bem aos Estados autoritários do Brasil a partir de 1930 (MACIEL, 2010).

O regime militar, nesse viés pode ser compreendido segundo a noção de autocracia burguesa como um regime político que garantiu uma transição política na

Nova República por meio de um processo “lento, gradual e seguro” para a chamada democracia burguesa e sua afirmação no cenário nacional (MACIEL, 2010).

O Estado burguês era nessa visão de Florestan Fernandes uma autocracia e a democracia dele manifestada tinha características de um sincretismo, pois “partia do fascismo, passava pelo autoritarismo e chegava à democracia, sem que o conteúdo autocrático e sincrético do Estado burguês fosse questionado e colocado em xeque” (MACIEL, 2010, p. 03).

De acordo com Almeida (2005) e Maciel (2010) a abordagem teórico-crítica desse intérprete do Brasil, tinha uma particularidade única quanto a explicação histórico-sociológica para a compreensão do capitalismo no Brasil.

Florestan Fernandes é, sem dúvida alguma, o representante principal do que se poderia chamar, a falta de melhor designação, de “teoria social brasileira” e sua obra mais importante – A Revolução Burguesa no Brasil – constituiu o esforço mais acabado empreendido na academia brasileira para elaborar uma teoria regional do desenvolvimento capitalismo na periferia da “economia-mundo” capitalista (ALMEIDA, 2005, p. 06).

Maciel (2010) enfatiza a importância do sociólogo na leitura sobre o Brasil e reconhece nele o esforço teórico-metodológico que não teria o mesmo rigor sem a apropriação do marxismo como recurso heurístico e proposição política. Sua forma de compreensão e explicitação da realidade histórica brasileira é advinda, segundo este autor, de um profundo conhecimento das categorias da dialética marxista, o que favoreceu na práxis uma “leitura original do marxismo”.

Sem, porém, abrir mão da centralidade analítica do método marxista e nem corrompê-lo em seu núcleo duro, porém recorrendo a outras formulações para compor um quadro amplo, variado e rico de nuances do processo histórico brasileiro. Partindo do processo da luta de classes, em âmbitos nacional e internacional, como fundamento explicativo da dinâmica histórica e social, Florestan Fernandes recupera de modo criativo e atualizado uma série de categorias críticas fundantes do marxismo (MACIEL, 2010, p. 03).

A formação sociológica de Florestan contou com contribuições importantes de outros matizes, como Durkheim e Weber, sendo por muitos estudiosos considerados com uma perspectiva eclética em relação aos tratamentos teórico-metodológicos. Mas que em Florestan Fernandes representou na sua condição de intelectual uma apuração de instrumentos conceituais, que não significou o abandono da reflexão da totalidade social, tão fundamental como categoria de explicação da realidade (CANDIDO, 2001; ALMEIDA, 2005).

O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo periférico precisava ser mais bem explicado e com a expressão Revolução Burguesa temos um horizonte de entendimento que propicia ver no Brasil a modernização do país mediante a fronteira entre capitalismo de centro e periférico, modernidade e tradição e por último, litoral e sertão (LIMA, 1998; ALMEIDA, 2005; MARTINS, 2009).

A ordem social competitiva e a evolução do capitalismo mereceram o empenho e a sistematização de Florestan, pois na sua posição, os problemas brasileiros eram consequências nefastas da política imperialista de dominação externa e subjugamento dos países periféricos e seu capitalismo dependente (FERNANDES, 1975; 1987).

Contudo, o desenvolvimento interno do capitalismo não conduzia a sociedade burguesa em tal direção. Ele não comportava uma burguesia “heroica” e “conquistadora”; tampouco podia alimentar qualquer espécie de igualitarismo, de reformismo ou de nacionalismo exaltado do tipo burguês. Para “governar” seu mundo”, as classes burguesas deviam começar por conhecê-lo melhor e por introduzir a racionalidade burguesa na compreensão de seus papéis históricos sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 1987, p. 313).

O capitalismo dependente não teria outra forma de manifestar-se socialmente sem ter como sujeito político primordial o Estado burguês autocrático. Mas afinal, como o sociólogo via essa configuração do Estado?

Em uma entrevista concedida em 1977 para o jornal Movimento, F. Fernandes responde que o Estado assume no pós-II Guerra Mundial o caráter monopolista. Isso faz com que se preocupe em articular o modo-de-produção capitalista em escala global, instrumentalizando o lucro dos capitalistas e fortalecendo o poder dos burgueses.

Um regime autocrático burguês, como no Brasil, foi possível somente segundo “globalização” do capital e do fortalecimento Estado monopolista e seus regimes políticos: Estado Novo (37-45), Ditadura Militar (64-84) e período de Redemocratização-Transição política (pós-85).

Para Florestan Fernandes (1977), o regime de Estado sob o capitalismo monopolista funcionalizou o governo e preocupar-se com a articulação dos “interesses privatistas” em detrimento de política voltada para as políticas sociais como educação, saúde, saneamento, voltadas para o interesse coletivo e para a participação da sociedade civil.

É óbvia essa situação mediante ao compósito da formação burguesa no Brasil, pois “o paradigma da revolução burguesa se justificaria pelo fato que, no Brasil também se assistiu “a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva”, isto é, ocorreu um simples processo de modernização capitalista” (ALMEIDA, 2005, p. 08).

Essa modernização capitalista trouxe ao Brasil e a burguesia uma necessidade de reproduzir no país uma lógica de exploração capitalista não somente imposta de fora para dentro, mas como uma dinâmica interna de fortalecimento da hegemonia das classes dominantes.

O sociólogo paulista estabelece, por exemplo, uma distinção entre o modelo “clássico” de revolução burguesa – que teria conduzido ao capitalismo independente e à democracia política – e a revolução burguesa “periférica” – resultando no capitalismo dependente, na dominação externa e na autocracia burguesa (ALMEIDA, 2005, p. 08).

Capitalismo dependente e revolução burguesa, nesse modelo explicativo são sinônimos na conjuntura histórico-social da nação, esclareceu Florestan, pois há vários tipos de modernização capitalista, dependendo da realidade particular e da formação social a qual o capitalismo irá ser desenvolvido pela burguesia (ALMEIDA, 2005).

Na leitura de Florestan Fernandes sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo dependente e sua correlação de forças com a posição da burguesia brasileira imprime uma visão política calcada na periferação do capital, compreendendo sua articulação heterodoxa no sentido de viabilizar-se como modo-de-produção flexível e adaptável às condições particulares do mundo periférico, sobretudo, em sua análise, na realidade latino-americana.

Sampaio Jr. (1999) ao desenvolver análise crítica condizente à noção de nação, traz para o debate os dilemas do capitalismo dependente e sua consequência nefasta na elaboração da barbárie. Para sua formulação analítica propõe refletir às questões do capitalismo à luz de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado².

A problemática da dependência periférica apontada por F. Fernandes está muito bem explicada na esfera da diferença temporal, exercitando assim a combinação de temporalidades distintas, pois ao mesmo tempo em que se desenvolve o capital no país há permanências de outras formulações históricas, como p. exemplo, a presença do *modus vivendi* oligárquico na estrutura política e no pensamento social (SAMPAIO JR., 1999).

Isto significa compreender a natureza contraditória dos nexos entre a evolução do capitalismo e formação do Estado nacional, uma problemática que se desdobra pelo menos em três direções: 1) uma dimensão espacial, relacionada com os determinantes das fronteiras de uma economia nacional; 2) uma dimensão social, associada à natureza dos vínculos entre acumulação de capital e desigualdades sociais; e 3) uma dimensão temporal, que diz respeito aos

² Esboçaremos somente sua reflexão teórica esmerada na obra de Florestan Fernandes, a fim de corroborar com nosso esforço em analisá-lo na sua exposição teórico-metodológica da Revolução Burguesa no Brasil. Os outros intelectuais, por Sampaio Jr (1999) analisado mereceriam outro espaço/artigo para um possível embate de ideias nesse campo da interpretação da realidade brasileira.

processos técnicos e culturais responsáveis pelas mudanças qualitativas que caracterizam o desenvolvimento capitalista (SAMPAIO JR., 1999, p. 10-11).

Essa leitura dimensional de aspectos da formação do capitalismo contemporâneo pode ser apreciada segundo a variante do núcleo de entendimento histórico-sociológico de F. Fernandes para responder a indissociabilidade entre revolução burguesa e “caráter antissocial, antinacional e antidemocrático da burguesia brasileira” (SAMPAIO JR., 1999, p. 12).

Em suma, a abordagem do sociólogo versada de fundamento teórico-crítico dos sujeitos sociais da denomina revolução brasileira põe no horizonte da estruturação do capital a dependência econômica e política da nação. Isso se evidencia com maior efervescência no processo de ideologização das práticas de colonização por parte dos países de centro e suas burguesias imperialistas.

Arremate ainda o teor de formas e condutas assumidas pela burguesia (contrarrevolucionária) na luta de classes, impondo à classe trabalhadora um movimento de conciliação e acomodação que impede os sujeitos trabalhadores de emancipar-se frente ao domínio autocrático-burguês.

Nesse contexto, o desenvolvimento capitalista associa-se à dependência externa, ao subdesenvolvimento das forças produtivas e às formas autocráticas do poder político. O fechamento do circuito político à participação das classes subalternas elimina a única fonte de energia que poderia forçar as burguesias dependentes a tomar atitudes mais radicais. Por isso, na era atual do imperialismo as burguesias dependentes não têm como romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento (SAMPAIO JR., 1999, p. 165).

Origina assim, segundo essa constatação uma real necessidade histórica de superação da autocracia burguesa e o modo-de-produção desenvolvido pelas hostes do capital. A classe trabalhadora como sujeito fundamental da irrupção do capitalismo e da luta contra as classes dominantes cumpre na sua práxis uma posição política substancial, de levar a prática autêntica de transformação revolucionária: fator preponderante e prioritário, aliás, é o proletariado em sua condição histórica subalterna, responsável pelo processo revolucionário emancipatório.

Para concluir, Florestan Fernandes (1975), em discurso proferido a jovens universitários recém-formados em 1964, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, faz referência e conclama os/as jovens graduados a romper as “cadeias invisíveis do passado” para conquistarmos e alçarmos a autonomia de nossa história brasileira aos “moldes da civilização moderna” no sentido de negarmos o

processo revolucionário autocrático-burguês e assumirmos nossa responsabilidade na transformação da realidade sociocultural.

Cabe a nossa capacidade de avaliação crítica da história política e econômica brasileira e também a sua historiografia pertinente, “pinçar” elementos e subsídios que apontem para superação da posição da autocracia burguesa no Brasil e seu processo revolucionário, algo já bastante elucidado na práxis de Florestan Fernandes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Florestan Fernandes e a ideia de revolução burguesa no pensamento marxista brasileiro*. Revista Espaço Acadêmico, n. 52, 2005, p. 01-13.

CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DÓRIA, Carlos Alberto. *O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira*. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, v. 3, 1998, p. 201-244.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Nova República?* 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. *A quem serve o Estado?* In: COHN, Amélia (Org.). *Florestan Fernandes: encontros*. São Paulo: Beco do Azogue, 2008, p. 72-78.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MACIEL, D. *Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira*. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Londrina - PR. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: GEPAL, 2010. v. 1. p. 102-112.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outros nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo contemporâneo em Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.